

Da Ditadura à Democracia: Os lugares da memória na transição política no Brasil e na Argentina

Elson Luiz Mattos Tavares da Silva¹

Resumen

Entre os anos de 1960 e 1970 a América Latina vivenciou sucessivos golpes militares para a instalação de ditaduras de segurança nacional. Já a década de 1980, por outro lado, foi marcada pela reabertura política em alguns desses países. Entendendo que esses processos políticos, traumáticos pela tamanha violência em diversos sentidos, geraram memórias difíceis, criaram um desafio às respectivas sociedades: preservar ou esquecer? Nesse sentido, a preservação de lugares em que funcionaram órgãos de terror tem sido um instrumento importante para, ao menos, o reconhecimento público desse passado violento. Para isso têm sido observados lugares no Brasil e na Argentina, a partir de edificações em São Paulo e Córdoba, em perspectiva comparada. No caso brasileiro: o Portal do Presídio Tiradentes, o Memorial da Resistência, e as instalações do antigo DOI-CODI; e, no caso argentino, o Archivo Provincial de la Memoria, La Perla e La Ribera. Verificando então as próprias construções, suas transformações e historicidade, principalmente o processo de transição de instituições da repressão para lugares de preservação da memória, busca-se compreender o papel dos lugares de memória no conjunto de políticas de reparação e de justiça de transição.

Palabras-clave: Lugares de Memória; Justiça de Transição; Ditaduras; Brasil; Argentina

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Currículo Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/8534413927377502>.

Da Ditadura à Democracia: Os lugares da memória na transição política no Brasil e na Argentina

Apesar de a América Latina ter se tornado uma grande referência em experiências ligadas à justiça de transição, o governo brasileiro nunca se mobilizou efetivamente, realizando poucas ações nesse sentido e mantendo o Brasil afastado dessa tendência.

Se considerarmos a preservação dos edifícios que foram utilizados como aparelhos da repressão, a situação é ainda mais complicada. Em São Paulo, onde se podem verificar alguns dos poucos exemplos no país, sendo o Memorial da Resistência², local onde funcionou o DEOPS, principal memorial instalado nesta localidade; o local onde funcionou o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI)³, recentemente tombado e o Portal do Presídio Tiradentes⁴, única instalação remanescente do Presídio, cujo tombamento se tratou de um esforço para evitar a completa demolição daquela edificação e, conseqüentemente, seu apagamento da cidade.

No caso argentino, sempre citado em estudos que abordam o tema, muitos espaços foram e permanecem preservados, não pela importância arquitetônica, mas, sobretudo, por serem lugares que cuja história é marcada pela última ditadura cívico-militar. Uma política de localização desses lugares, clandestinos ou estatais, jogou luz ao passado recente e propiciou a reivindicação civil para que aqueles lugares fossem transformados em memoriais dedicados a incutir nas novas gerações a tarefa de não permitir que aquela história se repita.

Como o grande complexo da onde funcionou a Escola Superior de Mecânica da Armada, conhecido como *La ex-ESMA em Buenos Aires*; e, em Córdoba, o *Archivo Provincial de la Memoria*⁵, onde funcionou o chamado “D-2”, o Departamento de Informações da Polícia; *La Perla*⁶ um dos mais importantes centros da política de desaparecimento da ditadura argentina; e *La Ribera*⁷, onde se instalou o Comando Libertadores da América, uma organização de caráter paramilitar, que se consolidou como lugar de desaparecimento e terror depois do golpe.

A diferença em relação à Argentina é que no Brasil não se consolidou uma política de Estado a preservação desses lugares, tendo que se recorrer aos instrumentos de preservação patrimonial como forma de permitir que a ferida, ou a dívida da sociedade e do Estado com esta memória, permaneça viva (Neves, 2012). Uma vez que os dispositivos legais têm falhado sucessivamente na consolidação da democracia, desde a anistia aos crimes do Estado à insuficiência dos esforços de consolidação da verdade, da memória e da justiça até hoje. Ou ainda como caminho para incapacidade de preservação da memória, sendo este, repetidamente, dispositivo único para salvaguarda. Entretanto, se verificados outros temas, no Brasil se mantém a mesma dificuldade na preservação de bens.

² O Memorial da Resistência está instalado no Largo General Osório, próximo às estações da Luz e Júlio Prestes, no bairro de Campos Elíseos. Fundado em 1º. de maio de 2008. <http://memorialdaresistencia.org.br/>

³ O edifício que abrigou o DOI-CODI se localiza na Rua Tutóia, 921, Vila Mariana. Foi tombado em janeiro de 2014. Nesse mesmo endereço está instalado o 36º Distrito Policial, a poucos metros do Comando Militar do Sudeste.

⁴ O Portal do Presídio Tiradentes está localizado na Avenida Tiradentes, 451, esquina com a Praça Coronel Fernando Prestes, em frente ao Batalhão Tobias de Aguiar, da Polícia Militar do Estado de São Paulo. Seu tombamento foi concluído em 1985.

⁵ O *Archivo* se localiza em uma pequena rua chamada Passagem Santa Catalina, 64/66, próximo ao marco zero da Cidade. O lugar foi cedido em 2006. <http://www.apm.gov.ar/>

⁶ Localizado nos arredores da cidade, Rota Nacional N°20 que interliga as cidades de Córdoba e Carlos Paz. Em 2007 o governo federal cedeu todo o edifício à *Comisión Provincial de la Memoria*.

⁷ *La Ribera* se localiza na região Noroeste da cidade, próximo ao Cemitério *San Vicente* e da Avenida *Costanera*. Foi entregue como lugar de memória em 24 de março de 2010.

Lugares de memória: testemunhas das ditaduras

Memoriais, lugares ou sítios de memória, ou de consciência⁸, são algumas denominações atribuídas a determinados lugares que, protegidos, são designados a servir ao presente como instrumento de preservação da memória (Mercosul, 2012: 12). São lugares que participaram de determinados processos históricos, sobretudo ligados a questões traumáticas, que visam contribuir com o “não esquecimento” de determinados fatos e evitar que histórias de violência se repitam.

E ainda são capazes de promover uma homenagem, ou uma forma de reparação, simbólica, às pessoas que tiveram suas vidas marcadas por estes lugares, muitas vezes com sofrimento ou até mesmo morte. Nesse sentido, construir memoriais como os apontados aqui significa reconhecer publicamente este passado violento (Soares e Quinalha, 2012) e reconhecer a importância de sua preservação.

O Memorial da Resistência, em São Paulo, está instalado no Largo General Osório, 66, na região conhecida como Luz, no bairro de Campos Elíseos, em um edifício projetado por Ramos de Azevedo. O edifício foi inaugurado em 1914 e utilizado, inicialmente, como escritório pela Companhia Estrada de Ferro Sorocabana até 1938. Depois disso, de 1940 a 1983, sediou o Departamento Estadual de Ordem Política e Social, DEOPS, um dos principais órgãos repressivos da Ditadura. Funcionava como uma das etapas do processo repressivo, em que se incluíam também o DOI-CODI e o Presídio Tiradentes, principalmente. Com a extinção do DEOPS em 1983, o prédio passou a ser ocupado pela Delegacia de Defesa do Consumidor, DECON.

Sabe-se que passou por inúmeras intervenções em sua infraestrutura para abrigar o DEOPS, contudo não se tem conhecimento aprofundado sobre as interferências sofridas, exceto que até os anos 1990 restavam no local, seis celas, um corredor para banho de sol, quatro solitárias externas com suas paredes repletas de marcas deixadas pelos presos e presas que ali foram encarcerados(as).

No projeto aplicado nas instalações do antigo DEOPS, antes de terem se tornado o Memorial da Resistência, o conforto dos visitantes teria sido uma premissa. Ao desfazer intervenções, apagar “sujeiras”, ou interferir nas instalações, promove-se também uma interferência na memória.

“O então Secretário da Cultura Marcos Mendonça diz que a ideia é usar o espaço para celebrar a liberdade, por meio de exposições, e que sempre sonhou em fazer do prédio um “espaço de felicidade”; já Haron Cohen, arquiteto responsável pela reforma, diz que procurou “eliminar as lembranças da repressão” (Neves, 2011: 83).

Celas foram destruídas, paredes derrubadas, outras pintadas. O Memorial da Liberdade previa um lugar asséptico. A partir da instalação do Memorial da Resistência, parte do que fora destruído foi reconstruído. De modo que se criou um espaço que representa uma realidade, um simulacro do passado. Ou, de certo modo, uma restauração estilística. Ainda que esta teoria esteja voltada à construção em si, ou ao projeto arquitetônico, esta reflexão cabe também quanto às intervenções realizadas por seu uso. É possível pensar que tanto a intervenção inicial, que reinaugurou o prédio como novo, sem as devidas marcas criadas pelo tempo, ou pelos presos, quanto à feita posteriormente, reinserindo as marcas apagadas, podem significar tentativas de voltar à plenitude do passado que se quer narrar. Na primeira a de um prédio representativo da arquitetura paulistana, e na outra, um edifício marcado pela repressão. Em ambas há certo abandono da historicidade do bem edificado.

⁸ Os termos “lugares de consciência” e “sítios de consciência” foram observados em uso pela *Coalizão Internacional de Lugares de Memória e Consciência*, organismo de direitos humanos cujo trabalho principal está relacionado à preservação da memória e podem ser verificados, bem como a rede de “lugares” em <http://www.sitiosdememoria.org/redlatinoamericana/>.

Infelizmente há poucas imagens das instalações internas do Edifício anteriores a sua reabertura como Memorial. Entretanto, é possível perceber mesmo com poucas disponíveis, o nível de intervenção provocado pela reforma do prédio. Assim como é possível verificar um intenso processo de apagamento de marcas: pela restauração, pelo abandono, e pela instalação dos projetos museológicos ao longo dos anos 2000.



Figura 1 – Interior de uma das celas em 1990 (Foto: Fernando Braga, Acervo APESP)



Figura 2 – Cella em estado de abandono meados dos anos 90 (Foto: José Patrício, Acervo MRSP)



Figura 3 – Corredor para banho de sol (Foto: José Patrício, Acervo MRSP)



Figura 4 – Imagens após restauração e instalação do Memorial

Considerando intervenções como pinturas nas paredes, as mensagens grafadas sobre elas e, principalmente, a falta de comunicação referente a estas modificações. Esses apontamentos também se referem a sítios:

“Os sítios monumentais devem ser objeto de cuidados especiais que visem a salvaguardar sua integridade e assegurar seu saneamento, sua manutenção e valorização. Os trabalhos de conservação e restauração que neles se efetuarem devem inspirar-se nos princípios enunciados nos artigos precedentes” (ICOMOS, 1964).

Além do Memorial da Resistência, outros lugares importantes para esse debate em São Paulo são o Arco de Pedra, remanescente da instalação onde funcionou o presídio Tiradentes, e o edifício que serviu de instalação ao Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI).

O Portal do Presídio Tiradentes foi o primeiro bem tombado em São Paulo com o objetivo de preservar e comunicar a recente história de violência do terrorismo de Estado. Localizado na Avenida Tiradentes, número 451, em frente ao Batalhão Tobias de Aguiar, sede das Rondas Ostensivas Tobias de Aguiar (ROTA), organização da Polícia Militar do Estado de São Paulo que ainda hoje comemora como um de seus grandes feitos a ofensiva contra a guerrilha comandada por Carlos Lamarca. O Arco é também testemunha da vocação destruidora que vigora na “preservação” desses bens, uma vez que é o único remanescente do presídio

O edifício que abrigou a “Operação Bandeirante” (OBAN) e o Destacamento de Operações de Informações - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) se localiza na Rua Tutóia, 921, Vila Mariana. Foi tombado em janeiro de 2014. Nesse mesmo endereço está instalado o 36º Distrito Policial, a poucos metros do Comando Militar do Sudeste, que durante a ditadura foi sede do II Exército.

“Esse lugar se tornará a mais conhecida e notória imagem do terror do estado ditatorial contra seus opositores. Passa a ser um símbolo de torturas, assassinatos e desaparecimento forçado dos corpos de presos políticos mutilados por indescritíveis e intermináveis horas de torturas. Inicialmente comandada pelo Coronel Waldir Coelho, essa estrutura violenta ganha vida “legal” como DOI-CODI - II Exército, em agosto de 1970, e um novo comandante, o Major Carlos Alberto Brilhante Ustra. Esse oficial será o mais conhecido responsável por torturas, assassinatos, violações e massacres de militantes de oposição à ditadura militar” (Seixas, 2012: 47).

Essas instalações, hoje tombadas como patrimônio histórico, seguem longe de qualquer realidade de se receber algum projeto de uso como lugar de memória, ilustrando a ausência que qualquer política sistemática para a preservação desses lugares. E já indicando um dos limites para uso do tombamento como instrumento único de preservação: não tendo qualquer uso desde sua preservação, o local agora está sujeito à ação do tempo, na eminência de intempéries que podem colocar em risco as marcas que ainda permanecem registradas no edifício.

Já no *Archivo Provincial de la Memoria* é possível reconhecer avanços na questão patrimonial ao adotar algumas posturas e ações em acordo com estes tratados e teorias. Tais esforços podem ser verificados em determinadas práticas que mantêm a historicidade da edificação em coexistência aos empenhos em evidenciar os fatos ocorridos ali em determinado período.

O *Archivo Provincial de la Memoria* se localiza em uma pequena rua chamada Passagem Santa Catalina, 64/66, na cidade de Córdoba, Argentina. Esta passagem está estabelecida na região mais central da cidade, ligada à Praça *San Martín*, marco zero. A passagem “Santa Catalina” (*Pasaje Sta. Catalina*, antiga *Pasaje Cuzco*) se constituiu, desde 1577, uma irregularidade no traçado de cidades latinoamericanas e conformou uma paisagem única na cidade (Boixadós, 2013). Esta passagem sofreu poucas interferências em suas

construções, se tornando um espaço de visitação, já que suas casas permanecem quase inalteradas desde a colonização.

O edifício, composto por um conjunto de casas, apresenta ainda uma arquitetura colonial e a construção da casa mais antiga remonta ao século XVIII. Está aninhado a um conjunto construído ainda pelos espanhóis e fora utilizado inicialmente como moradia. Tendo cruzado todo o século XX a serviço da polícia, abrigando ainda, de abril de 1989 a outubro de 2006, o “Centro de Assistência à vítima de delitos”, quando foi entregue à *Comisión Provincial de la Memoria*.

Em Córdoba havia outros inúmeros *Centros Clandestinos de Detención* (CCD) ou *Centros Clandestinos de Detención, Tortura y Exterminio* (CCDTyE). Dentre os quais se destacam *La Ribera, La Perla, La Perla Chica* e *Hidraulica*. Além desses, o *Buen Pastor* também é outro lugar importante de se apontar, onde funcionava uma penitenciária feminina, mas que hoje não apresenta qualquer tratamento memorialístico sobre sua função como detenção e, em seu lugar, foi construído um amplo centro cultural.

A partir do ano de 1974, o D-2 alcançou uma magnitude sem precedentes em suas ações repressivas, constituindo-se como a principal conexão entre a polícia e os militares, a fim de executar a repressão ilegal. Em 15 de junho de 1977, o departamento se mudou para a *Rua Velez Sarsfeld, 748*, onde funcionava a *10ª. Comisaría* e no final de 78, parte do D-2 se mudou para a *Rua Mariano Moreno, 222*. A partir de 1980, o Departamento de Informações passou a se chamar “Direção Geral de inteligência” e funcionou até 1983.

Os casarões foram utilizados como espaços da repressão por longos anos, sobretudo durante a Ditadura, servindo ao Departamento de Inteligência “D-2”. Mas seus usos posteriores lhe causaram novas adaptações, seja no intuito de melhor acomodar as novas atividades, ou de tentar de algum modo investir contra a memória existente ali. Ou seja, o Archivo se constituiu como memorial pela utilização de suas instalações como aparelho repressivo da ditadura. E, independente desse uso posterior, o esforço foi de tentar narrar seu uso durante a ditadura. Entretanto, sem abandonar sua história posterior.

Com a retomada do espaço como Lugar de Memória, e a importância de desvelar os caminhos e cômodos, os muros e as paredes criadas derrubados e as pinturas aplicadas foram parcialmente removidas. Onde havia novas construções, os caminhos foram refeitos, mas mantendo as evidências das construções posteriores à ditadura. Mas mantendo ainda parte dessas intervenções criadas nos usos posteriores ao CCD. Desse modo passaram a conviver os traçados como funcionaram durante a ditadura, assim como as delimitações posteriores, com seus muros, passagens e paredes novas. O mesmo foi aplicado às paredes pintadas. Em alguns lugares as camadas foram removidas de tal maneira que é possível visualizar as diversas aplicações que as paredes receberam ao longo do tempo.



Figura 5 – Paredes raspadas apresentam as diversas pinturas



Figura 6 – Remoção de pintura revela brasão da polícia

Assim, além de manter acordo às práticas de preservação, o memorial acaba por evidenciar e liberar marcas e vestígios do passado ocultados por camadas de novas ocupações e de novas histórias. Mas que estavam conectadas às memórias daqueles que passaram por ali. Desvelando elementos que fazem parte das trajetórias e identidades de pessoas e de coletivos. E, apoiado pelo conceito de “território de memória” desenvolve, além do conjunto com outros memoriais, uma relação com a rua, a *Pasaje Sta. Catalina*, ao expor fotos a todos os que passam por ali, daqueles mortos e desaparecidos.

Outra característica relevante no *Archivo* é o uso completo das instalações que serviram como órgão do Terrorismo de Estado. As três casas que serviram à polícia desde o início do Século XX e que posteriormente foram convertidas em CCD estão ocupados pelo memorial, ou por sua direção, ou pela Comisión. Mas, independente de qual setor, está em sua totalidade a serviço da memória de alguma forma. Em todas as salas há uma informação a que se refere cada setor. Assim como sua relação com a rua, o que extrapola os limites do próprio edifício, considerando que ele não está isolado do restante da urbanidade.



Figura 7 – Paredes removidas retratam espaços interrompidos



Figura 8 – Muro derrubado para revelar espaços do ex-“D-2”

Diferenças e aproximações para preservação dos lugares no Brasil e Argentina

O prédio em que está instalado o Memorial da Resistência é absolutamente maior. Um prédio de seis pavimentos que, apesar de toda sua monumentalidade, oferece apenas uma pequena fração para o memorial. Apenas a área das quatro celas restantes, de dez à época do DEOPS, e o auditório estão à disposição das atividades de memória da ditadura. Os demais andares abrigam o centro de documentação, a Biblioteca Walter Wey, e a Estação Pinacoteca. E, apesar de todo o prédio ter sido utilizado pelo DEOPS/SP, não há qualquer referência nestes outros pavimentos. Ao visitar os pavimentos destinados à Estação Pinacoteca, a sensação é de um lugar ainda mais asséptico, imune a qualquer impureza. Ainda que estes pavimentos tenham sido testemunhas de pessoas sendo torturadas, violentadas, ou mortas.

Apesar das diversas críticas às diretrizes patrimoniais adotadas no Memorial da Resistência, o projeto tem o acompanhamento de vários ex-militantes. E suas posições e memórias podem ser verificadas ao longo de todo o memorial. Em frases grafadas nas paredes, em depoimentos gravados como parte da exposição permanente. Assim como alguns deles participaram da elaboração do Memorial e seguem organizando diversas atividades, como os Sábados Resistentes.

No *Archivo* de Córdoba, essas memórias estão dispostas em painéis, contribuindo com a explicação sobre cada setor, assim como publicadas em mídias, de som ou vídeo e distribuídas.

A busca por representar memórias e a história do lugar grafado nas paredes foi um esforço do projeto do Memorial da Resistência para superar a herança de destruição deixada pelas intervenções em função da criação do projeto antecessor, o Memorial da Liberdade. Portanto, é possível pensar em medidas que superem o empenho de criar uma cenografia do que foi o DEOPS. Com os relatos, ao invés de usar intervenções que simulem aquelas memórias, as ações de assinalar, evidenciar, desvelar seriam suficientes, sem negar a historicidade existente – da qual faz parte inclusive a intervenção desastrosa de Cohen para o Memorial da Liberdade.

Nesse caso, poderia haver espaços para a denúncia da destruição promovida por essa reforma, apontando inclusive ao processo empreendido pelo Ministério Público contra o

escritório responsável pela reforma em função da criação do Memorial da Liberdade. Em outros casos poderiam ser experimentados esforços de arqueologia com o intuito de buscar algumas marcas originais. O que também funcionaria em relação às demais celas: buscar evidências de sua existência, demarcá-las independente do resultado dessas buscas e informar, essencialmente.

Ainda que a reforma tenha causado danos permanentes, é importante compreender que parte dos problemas nos projetos de criação de memoriais, tanto o da Liberdade quanto o da Resistência remetem a condições desfavoráveis anteriores. Não só inexistia uma efetiva política de memória da ditadura no Brasil, como esse tema seguiu por longo tempo por uma trajetória rumo ao esquecimento baseada na reconciliação pautada pela Lei da Anistia. Basta verificar que o tombamento do prédio ocorreu quase 15 anos depois do fim do regime militar, e o Memorial da Resistência inaugurado mais de 20 anos depois.

No país vizinho, as políticas de preservação se iniciaram em momentos semelhantes ao do Brasil. Com uma diferença evidente na reorganização da democracia. Viveu-se no Brasil uma transição “lenta, gradual e segura”, iniciada ainda durante a ditadura.

Por sua vez, na Argentina, o processo de distensão do governo militar foi sucedido por inúmeras campanhas de justiça, de memória, e de responsabilização do Estado pelos crimes cometidos nos anos ditatoriais, a instalação da CONADEP, trazendo ao público um relatório com uma ampla denúncia de mortes, desaparecimentos e demais violações, e apontando uma série de locais que serviram a estes propósitos nefastos.

Deve-se compreender que estes Lugares de Memória não são simplesmente museus de determinados eventos históricos. A diferença entre museus e memoriais é muito tênue e se configura como objeto de debate hoje. Mas, de modo resumido, é possível pensar que o memorial é, ele mesmo, um fragmento do passado. E um museu um local onde se guardam fragmentos do passado. Esta noção está desenvolvida por Maria Silvina Persino, que diz: Um memorial mantém uma relação metafórica com o passado, um vínculo simbólico. Sendo muitas vezes os próprios memoriais um fragmento desse passado que preserva. Enquanto um museu se caracteriza por guardar artefatos para que, a partir deles em uma relação sinédouca, o passado seja lembrado (Persino, 2008).

Compreendendo justiça transicional como o conjunto de ações adotadas após o encerramento de regimes autoritários a fim de solucionar as violações de Direitos Humanos do passado (Pereira, 2010), devem-se considerar fundamentais os instrumentos de memória. Reconhecer estes lugares significa então reconhecer a própria violência institucional.

Deste modo, lugares de memória se qualificam também como instrumentos políticos de reparação e fundamentais à justiça de transição de Estados Autoritários para Democracias. E, assim como houve pouco avanço nas demais políticas de reparação, é possível compreender os poucos esforços em desenvolver esta dimensão de transição materializada em Lugares de Memória. E isso justificaria tamanho abandono, bem como ações restaurativas com tal grau de destruição das marcas históricas.

Assim como em São Paulo, Córdoba apresenta outros diversos lugares de memória. Dentre os quais podemos destacar *La Perla* e o *Espacio Campo de la Ribera*.

La Perla foi um dos maiores e mais perversos centros clandestinos de detenção na Argentina. Foi construído especificamente para ser o destino de presos políticos durante a última ditadura civil-militar, tendo iniciado suas atividades junto com a própria ditadura. Em 24 de março de 2009 “*La Perla*” é aberto ao público como espaço para memória e promoção de direitos humanos.

Campo de la Ribera foi outro centro clandestino que teve foi convertido recentemente como espaço de memória. O espaço está localizado na região noroeste da cidade, próximo ao *Cemitério San Vicente* e da *Avenida Costanera*. Em 2009, três anos após a criação da Lei da

Memória⁹, a escola foi transferida para outro edifício, na mesma região. E em 2010, no dia 24 de março, data do golpe, foi entregue como lugar de memória.

Políticas de memória na trajetória de reparação

Após a campanha de anistia, iniciada ainda durante a ditadura e que com o passar do tempo conseguiu mobilizar um grande número de pessoas, a luta por reparação e pela responsabilização do Estado pelas inúmeras violações cometidas acabou se restringindo a aqueles diretamente atingidos e seus familiares (Safatle y Teles, 2010: 110). O que de certa forma passou a ser o caráter geral da luta por memória ao longo de muitos anos, sendo retomada muito recentemente com as campanhas pela abertura dos arquivos e as discussões em torno das atribuições da Comissão Nacional da Verdade desde os primeiros passos rumo a sua criação, o papel das muitas comissões estaduais, municipais, universitárias, dentre outras, até o encerramento delas.

E, em um contexto em que se verificava a falta de uma ampla participação popular, que foram criadas as Leis 9.140 de 1995 e 10.559 de 2002, que permitiram, respectivamente, o reconhecimento de mortos e desaparecidos pela ditadura, e o requerimento de indenizações daqueles que sofreram tais violações. Entretanto, ainda que tenham significado avanços, essas leis também contribuem com estagnação no processo de reparação.

Na Argentina, logo após o reinício de um governo democrático, em 10 de dezembro de 1983, instituiu-se a CONADEP, no dia 15 daquele mesmo mês. Esta comissão foi estabelecida para investigar o destino das pessoas desaparecidas na Argentina durante este período traumático. No prólogo de seu relatório afirma-se seu papel não jurídico. Mas reconheceu, após a infinidade de testemunhos verificados, a descoberta de centenas de lugares clandestinos de detenção e acumular milhares de documentos, que a ditadura foi “a maior tragédia argentina, e a mais selvagem” (Conadep, 2012). Esta comissão realizou um trabalho colossal de investigação e foi amplamente divulgado. Seus resultados geraram dados concretos a respeito do terror que representou aqueles anos. Essas informações contribuíram ainda mais para o total repúdio aos feitos da Ditadura.

Como apontado anteriormente, algumas dos principais esforços na preservação de espaços se iniciaram durante o governo Kirchner. Por exemplo, a recuperação do prédio onde funcionou *La ESMA* e o envolvimento de diversos movimentos sociais nas políticas de memória, apontados anteriormente. O que pode ser notado inclusive nos instrumentos criados em Córdoba, em que diversos movimentos compõem a comissão responsável por acompanhar os trabalhos do *Archivo Provincial de la Memoria*.

Tais ações de preservação certamente tiveram mais legitimidade em um cenário em que a rejeição é tão grande. Mesmo com todas as contradições ao longo da ditadura, durante sua distensão e o reestabelecimento da ditadura, criou-se uma identidade de absoluta recusa a tudo aquilo que o Estado ditatorial representou. O que pode significar um contexto de maior receptividade às políticas de memória, como a criação de memoriais em antigos lugares de repressão.

Os procedimentos de preservação devem então ser compreendidos e desenvolvidos a partir da análise dessas condições históricas. Nesse sentido, comparar a criação de memoriais pode auxiliar no intercâmbio de práticas e de compreensão de sua relação com a sociedade. E devem ser compreendidos inseridos em suas respectivas realidades.

Nesse sentido, políticas de memória devem ser contínuas e, portanto, não devem ser realizadas como plataformas de governos. Esses procedimentos devem criar mecanismos de desenvolvimento da memória exemplar, como define Todoróv. Que se utiliza das

⁹ A chamada *Ley de la Memoria* (Lei n. 9286, de 22 de março de 2006) Prevê a criação do Arquivo Provincial da Memória e adesão a Decreto Nacional n. 1259/2003.

singularidades de cada memória traumática a fim de subsidiar dispositivos de não repetição de passados violentos. Permitindo assim analogias e comparações que contribuem na compreensão da história a partir dessas memórias (Todoróv, 2000: 31). E ao invés de submeter o presente ao passado, submete o passado ao presente, à criação de princípios para o presente. E evitar o abuso, como também define Ricouer, em uma postura de manipular a memória (Ricouer, 2007: 93).

O que se propõe então é uma superação desse mau uso, para uma memória exemplar, em busca de justiça. Em que justiça não signifique apenas uma ação do direito penal, mas uma justiça à própria memória, permitindo condições aos indivíduos e à sociedade de se apropriarem dela de forma qualitativa. E sob a égide da memória exemplar que se fundamenta a criação de memoriais.

E que além do debate patrimonial, das teorias do restauro, cria mecanismos de memória singulares. Estar na mesma cela que tantos outros estiveram. Percorrer corredores e adentrar salas em que personagens de nossa história foram torturados incide de uma maneira no debate público sobre as ditaduras que nenhum outro espaço é capaz. Nesse sentido são desenvolvidos programas educativos que estimulam a visita desses espaços, para que não se tornem monumentos infecundos. Mas espaços de reflexão. É fundamental também retomar a proposta de Ludmila Catela sobre territórios de memória e compreender o papel espacial destes lugares na cidade. E não como bens isolados (Catela, 2001). Mas apresentar sua historicidade também pela dimensão de uso do edifício como construção de um lugar. Entender as trajetórias em que estavam inseridos e buscar mecanismos de inclusão deste movimento na perspectiva dos memoriais.

Para lembrar que estes espaços, outrora de terror, fazem parte da sociedade. E para que sirvam de mecanismos de não esquecimento das marcas autoritárias em que se fundam estas democracias.

Memória, verdade e justiça

Os lugares de memória são, portanto, lugares de grande relevância social. Podem conter sínteses dos processos históricos a que estão ligados. Não como uma “máquina do tempo” em que se permite um acesso ao passado. Mas que admite ao passado ingressar no presente. São construções que devem ser reconhecidas além do gabarito de sua edificação. Mas por ser parte inexorável da história.

Independente das ações empreendidas durante o processo de transição, da forma como se apropriaram do sistema legal, ou mesmo do grau de violência empreendido em cada localidade, as ditaduras foram eventos extremamente traumáticos. E igualmente traumáticas são as memórias daquele período autoritário.

Estes sítios permitem então acesso a estas memórias, muitas vezes inacessíveis. Assim como permitem um canal para a vazão às vozes e vidas silenciadas. Constituem-se como um dispositivo de reparação do Estado às incontáveis violações cometidas ao longo dos regimes autoritários.

No Brasil, como foi recorrentemente apontado, houve até hoje poucas experiências no sentido de revistar os dissabores desse período. A inacessibilidade de documentos, sobretudo aqueles produzidos pelos órgãos de inteligência militar, assim como a inexistência de uma ampla campanha em favor da responsabilização da Ditadura pelas inúmeras violações imputadas à sociedade, contribuem com o obscurecimento da história do país.

Assim, devem-se reconhecer as muitas críticas relevantes às ações empreendidas na restauração do edifício. E que devem ser ainda mais qualificadas e aprofundadas a partir das diversas teorias do patrimônio e do restauro elaboradas. Mas, ainda assim, o Memorial da Resistência merece o reconhecimento como uma conquista. Oferece à São Paulo e ao país

tudo uma experiência singular sobre a Memória da Ditadura. Com décadas de atraso na promoção de políticas voltadas à superação desse passado, o Memorial tem sido um baluarte nos esforços de preservação da memória da ditadura (civil) militar brasileira. Outra recente conquista foi o tombamento do prédio que serviu à OBAN e ao DOI–CODI.

Estes esforços têm sido fundamentais como espaços educativos. Contribuindo para que diversos setores da sociedade se apropriem do que foi a ditadura. Mesmo com os equívocos metodológicos da reforma a que fora submetido o edifício, o Memorial da Resistência de São Paulo, sobretudo a partir de seu programa museológico, tem oferecido exposições sobre variados temas correlatos, assim como não se pode deixar de mencionar a importante experiência que se realiza com os Sábados Resistentes.

O *Archivo Provincial de la Memoria* é altamente reconhecido pela excelência do trabalho que se desenvolve ali. Como o Memorial da Resistência, também é uma conquista para a memória da ditadura na Argentina. Ainda que tenha sido criado a partir de um contexto diferente, de maior efetividade na transição à democracia, assim como na busca por reparação às vítimas do terror.

Este sítio mostrou-se como um projeto de grande relevância. Não por ser sozinho um lugar extraordinário, tampouco uma construção especial. Apesar da notável arquitetura colonial. Mas pelo modo como foi criado e tem sido conduzido. A falta de uma atividade regular como a que ocorre em São Paulo deve ser a principal desaprovação do espaço, assim como seu fechamento ao longo de todo o mês de janeiro, período em que há inúmeros turistas na região.

Mas se consagra pela integração entre projeto, edifício e espaço urbano. Ou a forma como este lugar de memória foi reintegrado à sociedade. O fato de sua gestão ser compartilhada com os setores da sociedade civil que historicamente lidam com essa questão é certamente fundamental para o reconhecimento deste espaço. Assim como a relação do arquivo histórico instalado ali a fim de preservar a documentação do período, caracterizando-se também como espaço de pesquisa. E a integração com a *Pasaje Sta. Catalina*, que se converte em uma extensão do memorial no traçado da cidade, fazendo impossível seu desconhecimento no centro da cidade.

Além disso, esses memoriais têm sido imprescindíveis no debate acerca da memória das ditaduras militares no Brasil e na Argentina. Seja como objetos de análise do ponto de vista patrimonial, como políticas de reparação, ou para comparação com outras experiências. O que é fundamental é que de algum modo têm contribuído para a manutenção da memória daqueles tempos autoritários, e para a compreensão de um presente, de direitos. Neste contexto que este trabalho se insere, como um esforço de intervir apresentar mais elementos para este debate.

Ainda que investidos de tamanha importância, a criação desses memoriais é muito recente. O *Archivo Provincial de la Memoria* foi fundado em 2006, após um largo período de estudo. Já o Memorial da Resistência de São Paulo foi inaugurado apenas em 2008, depois da infesta reforma a que fora submetido o edifício para a criação do Memorial da Liberdade. Mas ainda que tenham sido criados em períodos muito próximos, refletem as políticas distintas a que foram submetidos.

Ainda que sejam possíveis as comparações, as ditaduras se consolidaram de modo diverso. A forma como se investiram das instituições legais, por exemplo, contribuiu com o grau de controle de cada regime sobre o processo transicional. A ditadura argentina, da “guerra suja” e da derrota nas Malvinas, alcançou uma ampla rejeição em diversos setores. Em seguida experimentou diversos procedimentos de reparação, apesar das contradições do governo Alfonsín, tendo levado muitos militares aos tribunais. Por sua vez no Brasil, sob o signo da anistia, almejou-se o esquecimento, e os esforços de reparação sob a responsabilidade de vítimas e familiares.

As diferentes posturas adotadas nos processos de transição à democracia, de algum modo também se aplicam às políticas de memória. Na Argentina o *Archivo* é reconhecido como parte de um conjunto de ações em busca de justiça e reparação. Enquanto no Brasil a edificação foi preservada de modo isolado e com graves falhas de concepção. E tendo sido alvo de diferentes projetos, a historicidade do prédio sofreu severos danos. Que só não comprometeu totalmente o memorial pelos esforços de muitos atores que compreendem a importância deste espaço.

Compreender a trajetória dos memoriais da ditadura pode ser considerado um importante caminho na elaboração de políticas de memória sobre este período. Entretanto, tendo sido muito recentes as criações desses lugares, as investigações sobre sua história, seus projetos e práticas ainda são em número bastante reduzidos.

Deste modo, é essencial a realização de reflexões profundas a partir do debate sobre o patrimônio, das políticas de reparação e justiça de transição. Assim como se deve refletir sobre o papel do Estado no desenvolvimento de instrumentos de memória e de reparação em que o próprio Estado foi o responsável pelas graves violações. Bem como o papel dos organismos civis que reivindicam a memória da ditadura na consolidação destes sítios.

Portanto, a salvaguarda e operacionalização destes lugares têm sido contribuições inestimáveis à compreensão das ditaduras, de seus aparatos repressivos, de suas práticas de terror, da violência cometida contra aqueles que se opuseram. Ao mesmo tempo em que são instrumentos de voz, de memória e de reparação àqueles cujos direitos foram violados. Assim como podem contribuir para o questionamento da própria sociedade e suas práticas autoritárias.

Por fim, sendo os memoriais ferramentas do presente, devem estar sob constante análise e reflexão. E que, superando as críticas, sigam servindo aos ideais de memória, verdade e justiça e por *Nunca Más*.

Bibliografia

Boixadós, María Cristina 2013 Plazoleta Jerónimo Luis de Cabrera (Córdoba: Secretaría de Extensión FFyH UNC Editoras).

Catela, Ludmila da Silva 2001 Situação–limite e memória: a reconstrução do mundo dos familiares de desaparecidos da Argentina (São Paulo: Hucitec/ANPOCS).

Conadep 2012 (1984) “Nunca Mas” Informe de la Comisión Nacional sobre la desaparición de personas (Buenos Aires: Eudeba).

Icomos 1964 “Carta de Veneza: Carta Internacional sobre Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios”, II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos. Veneza, 25 al 31 de mayo.

Mercosul 2012 Princípios fundamentais para as políticas públicas sobre lugares de memória (Buenos Aires: Instituto de Políticas Públicas em Direitos Humanos – IDPPH).

Neves, Deborah 2012 “Edifícios da(e) Repressão: a construção dos sentidos sociais através da patrimonialização Maria Antônia, Arco Tiradentes, El Olimpo e Club Atlético”, XXI Encontro Estadual de História: trabalho, cultura e memória ANPUH–SP, Campinas, 03 al 06 de septiembre.

Neves, Kátia Regina Felipini 2011 “A potencialidade dos lugares de memória sob uma perspectiva museológica processual: um estudo de caso. O Memorial da Resistência de São

Paulo”, Dissertação de Mestrado em Museologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologia.

Pereira, Anthony 201) Ditadura e Repressão: o autoritarismo e o Estado de Direito no Brasil, no Chile e na Argentina (São Paulo: Paz e Terra)

Persino, Maria Silvina 2008 “Memoriales, Museos, monumentos: la articulación de una memoria pública en la Argentina pos-dictatorial” en *Revista Iberoamericana* (Pittsburgh) v. LXXIV, n. 222.

Ricoeur, Paul 2007 A memória, a história, o esquecimento. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

Safatle, Vladimir y Teles, Edson de Almeida 2010 O que resta da Ditadura? (São Paulo: Boitempo editorial).

Seixas, Ivan 2012 “Uma ditadura contra o povo e o país” en Bernardes, Laura y Cardoso, Ítalo (comps.). *Desaparecidos Políticos: um capítulo não encerrado da História Brasileira*. (São Paulo: Ed. do Autor).

Soares, Inês Virgínia Prado Soares y Quinalha, Renan Honório “Lugares de Memória no cenário brasileiro da justiça de transição” en *Revista Internacional de Direito e Cidadania*, n. 10.

Todoróv, Tzvetan 2000 Los abusos de la memoria (Barcelona: Paidós).